

Manuel Baiôa*

A elite do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): perfil social e sociabilidade

R E S U M O | *O Partido Republicano Nacionalista era o segundo partido mais importante na fase final da I República. Representava a linha política republicana conservadora alternativa ao Partido Republicano Português, que reivindicava representar a linha radical e histórica do republicanismo e que permanecia como partido dominante do sistema político. Neste estudo pretendemos traçar o perfil social da elite do Partido Republicano Nacionalista e caracterizar a sociabilidade política deste grupo dirigente.*
Palavras-chave: Partido Republicano Nacionalista; elite; sociabilidade; Primeira República Portuguesa.

A B S T R A C T | *The Nationalist Republican Party was the second most important party in the final stages of the First Republic. It represented the conservative republican alternative to the Portuguese Republican Party, which followed the historical and radical trend of republicanism and which remained the dominant party in the political system. In this study we attempted to trace the profile of the social elite of the Nationalist Republican Party and characterize the political sociability of this leading group.*
Keywords: Nationalist Republican Party; elite; sociability; Portuguese First Republic.

Introdução

Depois dos estudos pioneiros de Oliveira Marques¹, a elite política da I República tem sido objecto de vários estudos prosopográficos nos últimos anos, principalmente ao nível da elite parlamentar e ministerial². No entanto, ao nível da elite partidária, o panorama é mais pobre. Faltam estudos sobre a elite do partido dominante - Partido Republicano Português (PRP), assim

*CIDEHUS - Universidade de Évora. Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Évora.

¹ A. H. de Oliveira Marques, "Estudos sobre Portugal no séc. XX, I - Aspectos do Poder Executivo, 1900-1932", *O Tempo e o Modo* (n.ºs 47-48, 54-55, 62-63, 67 e 71-72, Lisboa, 1967-1969).

² A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República* (Porto: Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000); Pedro Tavares de Almeida; António Costa Pinto, "Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política" in *Quem Governa a Europa do Sul? O recrutamento ministerial, 1850-2000*, Dir., Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto; Nancy Bermeo (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006), 19-58; Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, "Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico", *Revista de História das Ideias* (Volume 27, 2006), 399-417; Pedro Tavares de Almeida, "Eleições e recrutamento parlamentar em Portugal" in *Das Urnas ao Hemiciclo. Eleições e Parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, Coord. Pedro Tavares de Almeida; Javier Moreno Luzón (Lisboa: Assembleia da República, 2012), 17-46.

como da maioria dos partidos políticos da I República³. Neste estudo pretendemos traçar o perfil social da elite do Partido Republicano Nacionalista (PRN) e caracterizar a sociabilidade política deste grupo dirigente.

O Partido Republicano Nacionalista nasceu da necessidade de fazer frente ao Partido Republicano Português, uma vez que só reunindo as forças republicanas conservadoras seria possível criar uma oposição eficaz ao partido hegemónico da I República, que continuava a dominar o sistema multipartidário, a administração pública e a rede clientelar. Os resultados decepcionantes do Partido Republicano Liberal (PRL) e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional (PRRN) nas eleições legislativas de Janeiro de 1922 e nas eleições administrativas de Novembro de 1922 levaram-nos a iniciar uma negociação para a criação de um partido forte e alternativo ao Partido Republicano Português. No entanto, o acontecimento decisivo para a fusão foi a eleição para a presidência da Câmara dos Deputados de Sá Cardoso, realizada no dia 2 de Dezembro de 1922. Nesse dia, devido à falta de diversos deputados, a oposição liderada pelo PRL e pelo PRRN teve uma importante vitória. Este triunfo incentivou uma maior aproximação destes dois partidos da oposição. Primeiramente, avançou-se apenas para a criação de um *Bloco Parlamentar das Direitas Republicanas*, apresentado formalmente no Congresso a 12 de Dezembro de 1922. As negociações prosseguiram durante as semanas seguintes entre os directórios e os grupos parlamentares. Os restantes órgãos intermédios do PRL e do PRRN foram informados, mais do que consultados, sobre a fundação do novo partido.

No mês de Janeiro de 1923, formou-se uma Comissão Executiva, com elementos dos dois partidos, com o objetivo de ultimar as negociações, preparar o Congresso, elaborar um manifesto e escolher o nome a atribuir ao novo partido. No dia 5 de Fevereiro reuniram no Palácio do Calhariz os directórios do PRL e do PRRN, tendo declarado extintos os dois partidos. Não foi ainda possível chegar a um consenso sobre o nome a atribuir ao novo agrupamento político. Posteriormente chegar-se-ia a um acordo mínimo com o nome de *Partido Republicano Nacionalista*.

No dia 17 de Fevereiro de 1923 o Partido Republicano Nacionalista foi apresentado formalmente ao país através de um manifesto difundido na imprensa. O novo agrupamento político pretendia alterar o sistema partidário que tinha vigorado durante a República. A formação do PRN iria simplificar e equilibrar as forças políticas republicanas em dois grandes grupos: à esquerda a opinião radical reunida em torno do PRP e à direita a opinião conservadora agrupada em torno do PRN⁴.

A fundação do PRN inclui-se na categoria que Maurice Duverger denominou de criação interna ou de origem parlamentar⁵. A própria imprensa da época reconhecia que não eram

³ Os estudos prosopográficos sobre as elites partidárias são exíguos. Contudo, existem estudos sobre o Partido Comunista Português e sobre o Partido Republicano Evolucionista já com alguns anos: José Pacheco Pereira, "Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República (1910-1926)", *Análise Social* (vol. XVII, n.º 67-68-69, 1981), 695-713; *idem*, "O PCP na I República: Membros e Direcção", *Estudos sobre o Comunismo* (n.º 1, Setembro a Dezembro, 1983), 2-21; Manuel Roque Azevedo, "Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912-1919)", *Nova História* (n.º 2, Dezembro, 1984), 74-122. Mais recentemente foram publicadas obras que traçam o perfil social dos dirigentes do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, do Partido Nacional Republicano e do Partido Republicano da Esquerda Democrática: João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, "O Partido Reconstituente: Clientelismo, factionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)" (Diss. Mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996); Armando B. Malheiro da Silva, *Sidonismo e Sidonismo* (2 volumes, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006); António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008). Existe ainda um estudo sobre os programas e a evolução dos partidos políticos da I República que aborda genericamente o perfil social destas elites: Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008).

⁴ *República*, 17-2-1923, 1.

⁵ Maurice Duverger, *Os partidos políticos* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970), 19-33.

os partidos que formavam o Parlamento: o *Parlamento é que criava os partidos e as facções*⁶ no *silêncio dos gabinetes*⁷. O processo de filiação no PRN foi executado de cima para baixo. Primeiro desvincularam-se os parlamentares que levaram consigo os líderes regionais e estes os membros locais. A filiação era feita “por intermédio de”, ou seja por razões de solidariedade ou de dependência pessoal, muito mais de que por um ato de identificação política e ideológica⁸.

O PRN formado inicialmente por liberais e reconstituintes teve ao longo da sua história a adesão de mais dois agrupamentos políticos e sofreu duas importantes cisões. No final de Março de 1923 alguns movimentos e partidos de reduzida dimensão começaram a equacionar fundirem-se e eventualmente ingressarem no PRN. Os antigos membros do Centro Reformista (vulgarmente designado por Partido Reformista, 1914-1915) e da Federação Nacional Republicana (movimento fundado por seguidores de Machado Santos em 1920-1921) e os membros do Partido Nacional Republicano Presidencialista (continuidor do Partido Nacionalista Republicano após o fim do regime Sidonista) estabeleceram negociações conjuntas a fim de se fundirem com o PRN. A maioria dos antigos membros do Partido Reformista e da Federação Nacional Republicana liderados, então, pelo coronel Manuel Soares de Melo e Simas ingressou no PRN a 8 de Maio de 1923. Pelo contrário, outros antigos amigos de Machado Santos decidiram aderir ao Partido Nacional Republicano Presidencialista que optou, naquele momento, por não integrar o PRN, vindo a fazê-lo apenas a 4 de Março de 1925, quando era liderado por João Tamagnini de Sousa Barbosa. Em Dezembro de 1923 o PRN sofreu a sua primeira grande cisão, após desentendimentos internos na sequência do seu efémero executivo e da revolta de 10 de Dezembro de 1923. Álvaro de Castro e alguns dos seus amigos abandonaram o PRN, constituíram um governo de concentração com o apoio do PRP, da *Seara Nova* e dos dissidentes do PRN e formaram o Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Em Março de 1926, durante o IV Congresso do PRN, Cunha Leal, que se preparava para disputar a liderança do partido, foi duramente atacado na sua honra e decidiu sair do Congresso e do partido, sendo seguido por um vasto grupo de congressistas, formando logo a seguir o partido da União Liberal Republicana. Contudo, outras divergências internas de menores proporções contribuíram para a saída de vários membros da elite do PRN ao longo da sua existência⁹.

O PRN formou um governo efémero liderado por António Ginestal Machado (15-11-1923 a 18-12-1923) e apresentou-se às eleições legislativas de 8 de Novembro de 1925 com candidatos próprios em quase todos os círculos. Nestas eleições o PRN fez acordos lícitos em alguns círculos com quase todos os partidos republicanos, em particular com o PRP. No entanto, envolveu-se no sistema clientelar e de caciquismo, fazendo acordos ilícitos com várias forças políticas, que falsearam as eleições em muitos círculos. Os resultados obtidos pelo PRN foram sofríveis, embora tivesse continuado como a segunda força política do regime. Conseguiu eleger 33 deputados (em 163) e 7 senadores (em 36). O PRP conseguiu novamente uma maioria absoluta elegendo 80 deputados (a que se devem somar mais 8 deputados independentes que integraram o seu grupo parlamentar) e 39 senadores. Nas eleições administrativas realizadas a 22 de Novembro (Câmaras Municipais e Juntas Gerais do Distrito) e a 6 de Dezembro de 1925 (Juntas de Freguesia) o PRN fez coligações muito variadas, embora a maioria tivessem por objetivo retirar a hegemonia ao PRP. Nalguns casos tiveram sucesso, casos de Évora, Torres Novas e Caldas da Rainha. Todavia,

⁶ *Diário de Lisboa*, 7-4-1925, p. 16.

⁷ *Diário de Lisboa*, 3-5-1923, p. 1

⁸ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, “O Partido Reconstituinte: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)”, 41-47.

⁹ Manuel Baião, “Elites e Organizações Políticas na I República Portuguesa: O caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)” (Diss. Doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Évora, 2012).

na maioria dos locais o PRP continuou a ser a força política preponderante¹⁰.

O PRN, à semelhança da maioria das forças políticas de oposição ao PRP, viu-se envolvido diretamente no “Movimento do 28 de Maio” através de alguns dos seus dirigentes máximos, como Custódio Maldonado de Freitas, Jaime Palma Mira e Filomeno da Câmara. Na primeira fase da Ditadura Militar o PRN teve uma posição ambivalente. A elite do PRN procurou preferencialmente um entendimento com os militares ordeiros, com o objetivo de tornar-se no partido conservador de suporte do novo regime. No entanto, nunca esqueceram os seus antigos companheiros revolucionários, pois sabiam que a qualquer momento podia haver uma revolução que instaurasse uma II República. Por isso, ao mesmo tempo que havia negociações com o ministro da Guerra, Passos e Sousa e com os presidentes do conselho de ministros José Vicente de Freitas e Artur Ivens Ferraz, elementos do PRN participavam nas conspirações e nas revoltas promovidas pelo «revirvalho» e pela Liga de Paris. Quando a União Nacional surgiu no início dos anos trinta com um projeto estruturado, o PRN já estava profundamente desgastado por alguns anos de Ditadura, tendo canalizado as suas débeis energias para o frustrado projeto da Aliança Republicano-Socialista. As estruturas nacionais do PRN deixaram de reunir regularmente a partir de 1931, acabando por dissolver-se a 7 de Fevereiro de 1935, após alguns dos seus mais importantes dirigentes terem aderido ao Estado Novo, sendo o mais emblemático, o presidente do Directório, Júlio Dantas. No entanto, uma parte mais significativa da elite do PRN, como Custódio Maldonado de Freitas, Tito Augusto de Moraes, Rafael Augusto de Sousa Ribeiro, Jaime António da Palma Mira, João Tamagnini de Sousa Barbosa, José Augusto de Melo Vieira, Eugénio Rodrigues Aresta, Alberto Jordão Marques da Costa, Pedro Góis Pita e António Ginestal Machado continuou a militar na oposição durante longas décadas. Todavia, a larga maioria dos antigos membros da elite do PRN abandonaram a atividade política durante o Estado Novo, dedicando-se à sua vida profissional e familiar¹¹.

1. O Perfil Social

A elite política do Partido Republicano Nacionalista objecto de análise neste estudo é constituída pelos membros do directório (1923-1935) e do governo do Partido Republicano Nacionalista (15-11-1923 a 18-12-1923), bem como pelos deputados e senadores do PRN nas duas últimas legislaturas da I República (1922-25; 1925-26). Ao todo, foram identificados 91 membros da elite do PRN e deles podemos traçar um perfil social mais detalhado¹².

Quadro 1: Estrutura etária da elite do PRN

Década de nascimento	N.º	%
1850-1859	2	2,2
1860-1869	17	18,7
1870-1879	30	33,0
1880-1889	32	35,2
1890-1899	9	9,9
Não identificado	1	1,1
Total	91	100

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ *Ibidem.*

¹² Para identificar os 91 membros da elite do PRN ver Anexo 1 em Manuel Baião, “Elites e Organizações Políticas na I República Portuguesa: O caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)”.

A idade média dos membros da elite do PRN era 47,2 anos¹³. Este número encontrava-se dentro do padrão médio dos partidos republicanos portugueses e ligeiramente inferior quando comparado com os partidos europeus¹⁴. A geração de 1880-1889 e 1870-1879 era a que apresentava mais elementos, conforme se pode ver no Quadro 1. Era a geração do «5 de Outubro», que estava em 1925 entre os 35 e os 55 anos. No entanto, havia alguns elementos mais idosos pertencentes à geração do «31 de Janeiro de 1891». O notável mais velho, com 66 anos, era Alberto Carlos da Silveira, e o mais novo, com 32 anos, era José Carvalho dos Santos.

Relativamente à pertença sócio-profissional, os funcionários públicos tinham uma presença esmagadora, aproximando-se dos dois terços, destacando-se particularmente os militares (ver Quadro 2). Os oficiais do exército e da armada somavam 24,2%, outros funcionários públicos 15,4%, juiz/magistrado 11%, professor universitário 7,7% e professor do ensino secundário 4,4%. Os juristas, em particular os advogados (13,2%) e os médicos (11%) também tinham um peso importante na elite do PRN, à semelhança do que sucedia nos outros partidos republicanos¹⁵. Os homens dos «negócios» e os proprietários tinham um peso reduzido na cúpula de poder do PRN. No entanto, muitos destes políticos acumulavam algumas actividades económicas com a profissão principal.

Quadro 2: Estrutura sócio-profissional da elite do PRN

Profissão	N.º	%
Oficial do Exército	18	19,8
Outros Funcionários Públicos	14	15,4
Advogado / Conservador do Registo Civil / Notário	12	13,2
Médico / Farmacêutico	10	11,0
Juiz / Magistrado	8	8,8
Professor Universitário	7	7,7
Comerciante / Negociante / Administrador de Empresas / Industrial	6	6,6
Proprietário	6	6,6
Oficial da Armada	4	4,4
Professor do ensino secundário	4	4,4
Jornalista / Editor	2	2,2
Total	91	100

Podemos dividir a intervenção económica da elite do PRN em três áreas: a primeira prendia-se com a gestão das propriedades privadas, em particular das agrícolas; a segunda relacionava-se com a gestão de empresas controladas pelo estado, ou onde o estado nomeava alguns administradores; a terceira cingia-se aos comerciantes e administradores de empresas privadas.

No primeiro grupo destacavam-se alguns grandes proprietários. Ângelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia fez carreira profissional na advocacia, embora fosse um grande proprietário em Santa Maria da Feira. Foi ainda director-geral do Hospital-Asilo de Nossa Senhora da Saúde, de São Paio de Oleiros, fundada pela sua família. António Correia era bacharel em Direito,

¹³ Para o cálculo da idade foi tomada como referência a data das eleições legislativas: 8 de Novembro de 1925.

¹⁴ Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, 399-417; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, 211-213.

¹⁵ Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, 399-417; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, 211-213.

mas era ao mesmo tempo proprietário em Abrantes. António Gomes de Sousa Varela era um grande proprietário e comerciante na zona de Rio Maior. Bernardo Ferreira de Matos era conservador do registo predial em Lisboa, mas continuava a gerir as suas «clientelas locais» e as suas propriedades na Beira Baixa. Carlos Eugénio de Vasconcelos era proprietário e comerciante em Cabo Verde. João Raimundo Alves era viticultor e proprietário abastado da região de Loures, ao mesmo tempo que chefiava a repartição do Governo Civil de Lisboa. Joaquim José de Oliveira era conservador do Registo Civil, mas mantinha a gestão das suas vastas propriedades na sua região de origem (Marrancos, Geraz do Lima, etc.). José de Vasconcelos de Sousa e Nápoles era um grande proprietário em Soure. Mário de Magalhães Infante era funcionário público, mas simultaneamente geria as suas propriedades rústicas em Vila Franca de Xira.

No segundo grupo temos alguns membros do PRN que foram nomeados para administração de algumas empresas pelo poder político. Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá era médico na armada e comissário do governo junto da Companhia de Moçambique. António Ginestal Machado era professor do Liceu de Santarém e foi nomeado em 1911 comissário do governo junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, cargo que exercerá até ao seu falecimento em 1940. António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier era secretário-geral do Ministério das Finanças e Director-Geral da Fazenda Pública (1919-1933). Em 1924 exerceu o cargo de Administrador Geral da Casa da Moeda e da Caixa Geral de Depósitos. Já durante o Estado Novo foi comissário-adjunto do governo na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1940 e 1947). Desempenhou também as funções de presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, administrador-geral das Lotarias da Misericórdia de Lisboa. António Vicente Ferreira era oficial do exército, mas desempenhou funções como chefe das oficinas de Luanda (1902-1903), director das Obras Públicas de São Tomé (1903-1904), e engenheiro das Obras Públicas (1909-1910) e da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1910-1914). Francisco Pinto Cunha Leal foi vice-governador do Banco Nacional Ultramarino (1925-1926) e engenheiro consultor da C.P. Filomeno da Câmara Melo Cabral era oficial da armada, desempenhou o cargo de governador de Angola (1918-1919) e foi administrador da Companhia de Moçambique (1920 -1925). João Tamagnini de Sousa Barbosa era oficial do exército, embora também tenha desempenhado os cargos de administrador geral dos C.T.T. Jorge Vasconcelos Nunes administrava as suas propriedades agrícolas em Grândola e pertenceu ao Conselho de Administração da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses, em representação do Estado. Tomé José de Barros Queiroz era comerciante, mas foi vogal, vice-presidente e presidente do Conselho de Administração da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses (de Dezembro de 1910 a Maio de 1926).

O terceiro grupo compreendia comerciantes e administradores de empresas privadas. António Alves Cálem Júnior foi um importante comerciante na área dos vinhos do Porto. Expandiu a empresa A. A. Cálem & filho, fundada por seu pai. Secretariou a representação portuguesa na Grande Exposição Internacional de Paris em 1900. Foi Presidente da Associação Industrial Portuense entre 1901 e 1903. Presidiu à direcção Comercial do Porto em diversas ocasiões. António Lobo de Aboim Inglês foi sub-director da empresa alemã concessionária das minas de S. Miguel de Huelva (Espanha) entre 1897 e 1912. Com a implantação da República regressou a Portugal vindo a manter-se na mesma actividade económica, colaborando em diversos projectos mineiros e industriais. Simultaneamente seguiu a carreira docente no Instituto Superior Técnico até ao limite de idade (1912-1939). Foi ainda presidente da Associação Industrial Portuguesa em dois mandatos consecutivos nos anos vinte e trinta. Artur Brandão esteve ao longo da sua vida ligado à actividade editorial, ao jornalismo e à indústria hoteleira e

da construção. Na sequência da implantação da República partiu para o Brasil onde permaneceu durante sete anos, tendo dirigido o *Jornal do Brasil* e fundado juntamente com Carlos Malheiro Dias a *Companhia Editora Americana* que lançou a *Revista da Semana* e *Eu Sei Tudo*. De regresso a Portugal em 1918 fundou a Sociedade Editora Portugal-Brasil. Em 1931, com os sócios desta sociedade (Júlio Dantas; Samuel Maia Loureiro; Salvador Costa; José Caeiro da Matta; Augusto Monjardinho) assumiu a gerência da Livraria Bertrand. Em 1939 assumiu o cargo de administrador delegado da Companhia de Seguros Sagres, da Livraria Bertrand, da Sociedade Artur Brandão & C.^a e da Companhia de Moçambique que possuía o Grande Hotel da Beira. Foi director da *Revista da Semana* e Cônsul da Grécia. Em 1940 criou a *Sociedade Nova Oeiras Limitada* com o objectivo de urbanizar a “Nova Oeiras” na Quinta de Cima, a qual fazia parte da Quinta do Marquez de Pombal em Oeiras, de que foi proprietário. Esta sociedade tinha como sócios José Espírito Santo, José Maria Pedroso, José Caeiro da Matta e José Marques Sousa. Viveu durante alguns anos no Palácio do Marques de Pombal, em Oeiras, que posteriormente doou para aí se estabelecer a Câmara Municipal de Oeiras. Custódio Maldonado de Freitas era farmacêutico, mas simultaneamente foi presidente da primeira comissão administrativa do Hospital de Dona Leonor (1919), nas Caldas da Rainha e foi sócio da empresa de Limas União Tomé Feteira nos anos vinte, sendo gerente administrativo juntamente com Raul Tomé Féteira. Filomeno da Câmara Melo Cabral era oficial da armada, mas foi administrador da Companhia do Amboim em Angola. (1926-1927). Francisco Cruz era advogado, mas também foi industrial, administrando a firma familiar, serração Thomaz da Cruz & Filhos na Praia do Ribatejo. João Tamagnini de Sousa Barbosa era oficial do exército, mas esteve na administração de algumas empresas privadas durante o Estado Novo, nomeadamente na Parceria dos Vapores Lisbonenses, da Empresa Geral de Transportes, das Companhias Reunidas Gás e Electricidade e na Companhia de Carris de Ferro de Lisboa (1944-1948). Jorge de Vasconcelos Nunes mantinha a gestão das suas propriedades em Grândola e a direcção do Banco Industrial Português (até 1925). Manuel Ferreira da Rocha era funcionário público, mas dedicou-se à administração da Companhia de Seguros «Tagus», onde era sócio durante o Estado Novo. Paulo da Costa Menano era magistrado, mas presidiu à direcção da Companhia Eléctrica da Beira, que ajudou a fundar. Raul Lelo Portela era advogado, mas dedicou-se também ao comércio com as colónias. Tomé José de Barros Queiroz era comerciante, tendo sido presidente da Associação Comercial de Lisboa em 1913. Desempenhou os cargos de director da Companhia do Boror, de director e co-fundador da Companhia de Seguros «Mutualidade Portuguesa».

O domínio das misericórdias era um alvo prioritário por parte das elites políticas pela rede de «influências» que possibilitava. O PRN controlava a Misericórdia de Lisboa e algumas Misericórdias no resto do país. José da Silva Ramos foi durante vários anos adjunto do provedor da Misericórdia de Lisboa e provedor de 1922 a 1939. José de Matos Sobral Cid e Joaquim Brandão foram dirigentes da Misericórdia de Lisboa no final da I República. António Alves Cálem Júnior presidiu à comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto depois do 5 de Outubro, mantendo-se no cargo até 1929. Nesta instituição desenvolveu diversas iniciativas como o 2.º Congresso das Misericórdias em Março de 1924¹⁶. José Marques Loureiro foi provedor da Misericórdia de Viseu no final da I República. António Ginestal Machado foi provedor da Misericórdia de Santarém entre Novembro de 1919 e Junho de 1933. Alberto Jordão Marques da Costa foi provedor da Misericórdia de Évora entre 1920 e 1923¹⁷.

¹⁶ *O Jornal*, 18-3-1924, p. 1.

¹⁷ Cf., *O Democrático*, 11-07-1920, p. 2; *idem*, 5-06-1920, p. 2; *idem*, 17 -07-1921, p. 1; *idem*, 5-02-1922, p. 2; *Democracia do Sul*, 18-08-1920, p. 1; *idem*, 22-03-1925, p. 2.

Uma larga maioria da elite do PRN tinha uma elevada formação académica, fruto de estudos em institutos superiores, universidades e escolas superiores militares. Tomando em consideração o nosso universo, pelo menos 81,3% dos membros da elite do PRN tinham estudos superiores. A formação jurídica (31,9%) era a preponderante, seguida da formação militar (22%) e da medicina (16,5). Estas eram as três qualificações estruturais dos políticos da I República e o PRN seguia o padrão dos partidos republicanos da época. As outras qualificações superiores eram bastante mais reduzidas conforme se pode verificar no Quadro 3. A percentagem de membros da elite do PRN que não tinham frequentado escolas superiores era reduzida (4,4%). Contudo, o número real devia ser algo superior, uma vez que os membros que estão incluídos na categoria – sem informação (14,3%), deverão encaixar-se certamente, quando se obtenham mais dados, na categoria - outra formação não superior. Este quadro não se afasta do paradigma conhecido dos partidos republicanos, embora a elite do PRN tivesse uma qualificação média superior à elite do Partido Republicano da Esquerda Democrática. Se a comparação for feita com os partidos europeus da época, e particularmente com os do Norte da Europa, o nível de qualificação superior da elite partidária portuguesa era mais elevado, bem como o peso da qualificação militar¹⁸.

Quadro 3: Qualificações Académicas da elite do PRN

Qualificação Académica	N.º de membros	%
Direito	29	31,9
Militar	20	22,0
Medicina	15	16,5
Humanidades	4	4,4
Outra formação não superior	4	4,4
Agronomia	3	3,3
Engenharia	2	2,2
Farmácia	1	1,1
Sem informação	13	14,3
Total	91	100,0

O recrutamento político partidário da elite do PRN fez-se maioritariamente nos partidos progenitores, nomeadamente no Partido Republicano Liberal de onde provinham 61 dos 91 membros da elite do PRN em análise e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional que contava com 18 membros. No entanto, o Partido Republicano Nacionalista também era herdeiro do Partido Republicano Português, uma vez que 42 membros da sua elite passaram pelo partido hegemónico da República. Uma parte importante destes membros acompanhou o PRP na fase da propaganda durante a Monarquia, como Alberto Carlos da Silveira, António Alves Cãlem Júnior, António Gomes de Sousa Varela, Constâncio de Oliveira, Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, João Pereira Bastos e Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos, entre outros. Com o início da República alguns membros do PRP enveredaram pelo republicanismo

¹⁸ Serge Bernstein, *Histoire du Parti Radical. La Recherche de L'Age D'Or (1919-1926)* (Paris: Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1980); Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)* (Bologna: Il Mulino, 1996); Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia. Clases Sociales y orígenes políticos de los regímenes de la Europa de entreguerras* (Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 1997); Fernando Farello Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal* (Oeiras: Celta Editora, 2004); Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, "Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico, 399-417; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, 211-213.

conservador. A PRN recrutou alguns dos seus máximos dirigentes nesta corrente política que apostava na ordem, na moderação e na reconciliação com a sociedade tradicionalista portuguesa, tentando criar uma “República para todos os portugueses”. Defendiam o laicismo do Estado, mas não da sociedade e uma compatibilização entre o nacionalismo moderado e as tradições portuguesas com o republicanismo histórico. O PRN angariou 24 membros da sua elite na União Republicana e 19 no Partido Republicano Evolucionista. Alguns nacionalistas apenas abandonaram o PRP em 1920, quando se deu a cisão que resultaria na formação do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, casos de Alberto Jordão Marques da Costa, Álvaro Xavier de Castro, Custódio Maldonado de Freitas, Pedro Góis Pita, entre outros. Estes partidos que acabamos de referir marcaram o passado político da maioria da elite do PRN. Esta elite está inscrita num republicanismo histórico, mas rejeitou o radicalismo do PRP. Contudo, o PRN absorveu outras correntes e elites menos importantes para a sua matriz. A corrente republicana presidencialista materializada no Sidonismo também foi integrada parcialmente no PRN. O PRN acolheu no seu seio seis membros provenientes do Partido Nacional Republicano (como por exemplo, Belchior de Figueiredo e José Novais de Carvalho Soares de Medeiros) e um do Partido Nacional Republicano Presidencialista (João Tamagnini de Sousa Barbosa). Alguns antigos monárquicos que aderiram à República também receberam abrigo no PRN. Na elite do PRN figuravam nove membros com um passado político monárquico, casos de Afonso de Melo Pinto Veloso, Artur Brandão, Augusto Joaquim Alves dos Santos, Júlio Dantas, Júlio Ernesto de Lima Duque e Roberto da Cunha Baptista. Outras correntes políticas menos importantes que integraram o PRN através dos seus dirigentes foram o Partido Centrista Republicano com três elementos, o Partido Republicano Radical com dois, e com apenas um representante, o Partido Reformista, a Federação Nacional Republicana, a Conjunção Republicana da Beira e o Partido Republicano Popular.

Esta elite do PRN quando abandonou este partido encaminhou-se maioritariamente para os partidos de cisão formados no seu seio, casos do Grupo Parlamentar de Acção Republicana que recebeu 19 membros, encabeçados por Álvaro Xavier de Castro e a União Liberal Republicana que recebeu 25 membros, liderados por Cunha Leal. Alguns membros da elite do PRN abandonaram o PRN para a independência política, casos de Alberto de Moura Pinto, Manuel Ferreira da Rocha e Matias Boleto Ferreira de Mira. Por fim, dois elementos da elite do PRN integraram-se nas estruturas da União Nacional. João Cardoso Moniz Bacelar participou na União Nacional em Coimbra, vindo a desempenhar alguns cargos na década de trinta. Albino Soares dos Reis Júnior chegou ao topo da hierarquia da União Nacional. Foi vice-presidente da Comissão Central da União Nacional (1932-1970) e presidente da Comissão Executiva da União Nacional (1932-1934 e 1938-1945).

A elite política do PRN considerada neste estudo era essencialmente uma elite parlamentar, uma vez que apenas Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker não teve experiência no Congresso da República. Ao nível da experiência governamental, 35 elementos (38,5%) ocuparam pastas ministeriais, principalmente em governos de coligação. Quanto aos cargos políticos locais (governo civil, junta geral do distrito, câmara municipal, junta de freguesia e regedoria) 45 membros da elite do PRN tiveram experiência nestas funções, o que representa 49,5%. Até ao momento a maioria dos estudos defendiam a pouca importância dos cargos locais no recrutamento da elite republicana¹⁹. Contudo, é provável que seja necessário realizar estudos mais detalhados sobre o percurso destes políticos, uma vez que a actividade política local é mais difícil de detetar. A matriz

¹⁹ Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, 399-417.

republicana histórica do PRN também estava presente através da Maçonaria, uma vez que 25 membros (27,5%) participaram nesta organização²⁰.

A elite do PRN confluiu a este partido pela negação da hegemonia do PRP. Por isso, faltava-lhe alguma homogeneidade, que é patente no passado político que acabamos de retratar. No entanto, uma parte significativa dos membros do PRN estava unida por uma afinidade geracional e por um percurso escolar e militar comum. O estatuto sócio profissional também era um importante elo de união entre os militares, os advogados, os médicos e os funcionários públicos. Alguns destes dirigentes políticos partilhavam uma amizade profunda que mantiveram ao longo das suas vidas²¹.

2. A Sociabilidade

A sociabilidade dos membros e da elite do PRN ocorria principalmente nos seus centros políticos. Muitos destes centros funcionavam como um local de convívio, semelhantes às sociedades recreativas. Entre as várias práticas de sociabilidade destacava-se o convívio fraterno à volta de uma bebida ou “petisco”, a leitura de jornais e livros, a prática de vários tipos de jogos de salão e pontualmente, realizavam-se algumas sessões culturais e musicais. No Centro Republicano Nacionalista do Calhariz os membros do Directório passavam muitas noites a falar de política, a jogar bridge²² e a fumar²³.

Não detectamos práticas educativas e formativas nos centros do PRN, que eram bastante comuns nos centros do PRP durante a Monarquia e no início da I República. No entanto, houve algumas acções de estímulo à educação das crianças e dos jovens. Os centros estavam vocacionados principalmente para serem locais de reunião e de discussão política. Uma prática recorrente era as romagens ao cemitério para enaltecer os vultos republicanos e a distribuição de um bodo pelos pobres republicanos. As bandas filarmónicas acompanhavam habitualmente as festas, havendo alguns centros que dispunham de banda própria. Estes centros realizavam várias sessões políticas e comemorativas ao longo do ano, principalmente quando eram visitados pela elite política da capital²⁴.

Numa visita a Beja da elite lisboeta do PRN podemos contemplar o ritual habitual destas “visitações”. Os membros do PRN local de várias localidades do distrito de Beja esperaram pelos dirigentes do PRN nacional na estação dos caminhos de ferro no dia 18 de Junho de 1923. O comboio chegou com duas horas de atraso (às 16 horas), mas ninguém arredou pé da estação. À frente saiu António Ginestal Machado, tendo a multidão gritado «vivas» à República. Os convidados dirigiram-se para casa de Francisco Manuel Pereira Coelho, líder local do PRN, onde foi servido uma taça de champanhe, seguido de um discurso de boas vindas por parte do dirigente bejense. Posteriormente todos os nacionalistas se dirigiram para a Quinta do Estação (a 6 km de Beja), onde houve uma confraternização e foi servida uma merenda. Esta quinta era um local de convívio habitual da família republicana, onde já em 1909 se costumava reunir para realizar festas. Novamente foi o champanhe que marcou presença, com um brinde inicial por parte de Manuel Pereira Coelho, seguido de diversos e vibrantes discursos. Posteriormente,

²⁰ Ver Anexo 1 em Manuel Baião, “Elites e Organizações Políticas na I República Portuguesa: O caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)”.

²¹ Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, “O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)”, 39-43.

²² *O Penafidense*, 17-4-1923, p. 1; *Diário de Lisboa*, 16-11-1923, p. 8.

²³ O repórter do *Diário de Lisboa* fez o seguinte retrato de uma reunião do Directório do PRN no Palácio do Calhariz: “Terceiro salão. Mais Fumo. Um retrato grave de Manuel de Arriaga. Nos sofás vermelhos o Directório do Partido Nacionalista”, *Diário de Lisboa*, 13-6-1923, p. 5.

²⁴ Manuel Baião, *Elites políticas em Évora da I República à Ditadura Militar, (1925-1926)*, (Lisboa: Edições Cosmos, 2000), 106-111.

os nacionalistas dirigiram-se para a sede do Centro Republicano Nacionalista de Beja, onde se realizou uma sessão solene, que se iniciou com a inauguração dos retratos de Jacinto Nunes e Jorge Vasconcelos Nunes, que estavam cobertos com a bandeira nacional. Seguidamente diferentes oradores tomaram a palavra, tendo feito diversos elogios a estes dois políticos alentejanos. Perante estes discursos Jorge Vasconcelos Nunes, antigo presidente da Câmara dos Deputados, ficou “verdadeiramente comovido, as lágrimas bailaram-lhe nos olhos, bem como no de muitos assistentes”. A sessão terminou com as palavras do presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado, a que se seguiram, as palavras entusiastas da assistência: “Viva Portugal! Viva a República! Viva o Partido Nacionalista!”²⁵.

A visita dos líderes regionais às aldeias seguia o mesmo padrão e ritual, embora com outra ordem de grandeza. Os membros da Comissão Distrital de Beja do PRN quando visitaram a Cabeça Gorda, a fim de ser eleita a comissão de Freguesia do PRN foram “fidalgamente recebidos em casa do velho republicano e importante lavrador Sr. José Vaz Montes Palma, onde teve lugar, um fino copo de água”. Quando os trabalhos políticos terminaram foi oferecido um “lauto jantar na residência do nosso prestante correligionário Sr. João Thomaz Palma, importante proprietário naquela freguesia, jantar que decorreu na maior animação e entusiasmo. Ao *toast*, fizeram-se brindes de afecto pessoal e político e as mais entusiastas afirmações de fé republicana”²⁶.

Nalgumas visitas da elite nacionalista à província começou a usar-se os automóveis. Estas deslocações implicavam uma longa preparação e logística sobre os percursos, assistência aos automóveis, contratação de *chauffeur* e marcação das refeições e dormidas. Nalgumas terras a elite nacional era recebida em casa dos notáveis locais. Era também imprescindível encher as salas de correligionários e simpatizantes para ouvir os discursos dos dirigentes nacionalistas vindos de Lisboa. Para isso, os notáveis regionais e nacionais utilizavam toda a sua influência para atrair o maior número de público. O antigo deputado nacionalista, Bernardo Ferreira de Matos enviou uma carta para um discípulo amigo, no sentido de o cativar a participar numa conferência pública que Cunha Leal ia fazer à Sertã no dia 17 de Janeiro de 1926:

“Como o meu amigo nunca o ouviu, e vale a pena ouvi-lo porque é, sem dúvida, o maior parlamentar dos tempos modernos [...]. Haverá um banquete, com mais de 100 talheres, para a qual está já aberta a inscrição na Sertã”²⁷.

Os «Banquetes de Homenagem» eram outra importante actividade de sociabilidade política efectuada pelos partidos. No dia 7 de Dezembro de 1924 realizou-se um «Almoço de Homenagem» a Cunha Leal no salão nobre do Teatro de S. Carlos. O menu era português, mas foi traduzido para o francês como era norma na época. O almoço foi servido pela pastelaria Ferrari. Cada comensal pagou 60\$00, pelo que apenas participaram os membros abastados do PRN²⁸. Assistiram ao almoço “cerca de 160 convivas, entre eles pessoas gradas da política das letras, do jornalismo, do Exército e da Armada”. Na mesa de honra em redor de Cunha Leal sentaram-se os membros de elite do PRN a alguns amigos de Cunha Leal. O almoço iniciou-se com a leitura de inúmeros telegramas e cartas de personalidades que não puderam estar presentes, mas não quiseram deixar de homenagear Cunha Leal. Mereceram especial destaque as cartas de António José de Almeida e Bernardino Machado. Terminada a leitura dos telegramas, iniciou-se uma série de brindes. Levantou-se primeiramente o presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado, tendo declarado que estávamos perante não apenas “uma das maiores figuras

²⁵ *O Bejense*, 24-6-1923, p. 2.

²⁶ *O Bejense*, 22-11-1923, p. 1.

²⁷ Carta de Bernardo Ferreira de Matos para Teotónio Pedroso Barata dos Reis, 6-1-1926, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

²⁸ Convite para participar no Almoço, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

do meu partido, mas como uma das mais prestigiosas figuras da República”²⁹. De seguida, outras personalidades do PRN, como Júlio Dantas, Afonso de Melo, Filomeno da Câmara, entre outras, propuseram brindes em honra de Cunha Leal. O anfitrião fez um duro ataque ao partido hegemónico do regime. Para Cunha Leal ali não estavam apenas os seus amigos, mas “os expulsos, os expostos à margem da República, porque meus senhores, quem não é democrático não é republicano, não é sequer português”³⁰.

Noutro banquete, neste caso de homenagem ao Directório do PRN, realizado no dia 11 de Janeiro de 1925 no salão nobre do teatro de S. Carlos assistiram cerca de 300 pessoas. O salão estava decorado e as mesas adornadas com cravos vermelhos. O serviço foi do Garrett, incluindo o seu sexteto que tocou diversas músicas. Na mesa de honra sentaram-se os membros do Directório e o presidente da comissão organizadora, coronel Mendes Passo. Depois da leitura de telegramas e cartas, passou-se para os brindes. O primeiro a cumprimentar o Directório foi o coronel Mendes Passo, seguido de uma dezena de intervenções de nacionalistas a elogiar a acção dos seus máximos dirigentes do PRN. Representando o Directório, falou o seu presidente, António Ginestal Machado. Começou por defender os pontos essenciais do programa do PRN, que passavam pela “defesa da propriedade privada, garantia da liberdade de consciência e o respeito pela Igreja”³¹. De seguida, Júlio Dantas criticou a intenção do Governo “de extinguir a legação da Santa Sé e de reconhecer a República dos Sovietes”³².

Quando o Directório e Cunha Leal preparavam o confronto das suas «tropas» e das suas ideias no IV Congresso do PRN também realizaram almoços para «delimitar os territórios». O primeiro, de homenagem à *Acção Nacionalista* e de apoio à facção de Cunha Leal, realizou-se no restaurante Tavares no dia 20 de Dezembro de 1925. Contou com a presidência de Filomeno da Câmara e com a ausência do Directório do PRN³³. O segundo almoço realizou-se no «Club Mayer», no dia 28 de Fevereiro de 1926 e homenageou o presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado. Este banquete foi promovido pelo Centro Dr. Sidónio Pais e serviu para agradecer o apoio dado pelo presidente do Directório do PRN à entrada dos presidencialistas no PRN. No entanto, também serviu para lançar a estratégia do Directório para vencer o próximo Congresso e balizar o grupo de oposição a Cunha Leal, que, como era de esperar não assistiu no referido almoço³⁴.

O custo destes banquetes levou alguns nacionalistas a equacionar se seria mais vantajoso reunir fundos para a fundação de um jornal de âmbito nacional, de que o PRN estava tão necessitado, do que continuar a realizar este tipo eventos. No dia 11 de Janeiro de 1925 realizou-se um almoço oferecido ao Directório da PRN, custando cada inscrição sessenta escudos. Dez dias antes da sua realização já estavam inscritos 200 pessoas. N’*A Lucta* surgiu uma reflexão sobre este facto: “Se for de trezentos o número de convivas, custará o banquete dezoito contos. Não é quantia suficiente para fundar um jornal: mas é bem a quarta parte do que será necessário para que o jornal reaparecendo, tivesse garantido a existência por um ano”³⁵. Nalguns destes banquetes destinava-se uma mesa para os jornalistas que estavam a cobrir o acontecimento³⁶. Os longos discursos eram uma das marcas principais destes jantares e almoços. António Ginestal

²⁹ António Ginestal Machado, *Acção Nacionalista*, 14-12-1924, p. 2.

³⁰ Cunha Leal, *Acção Nacionalista*, 14-12-1924, p. 2.

³¹ António Ginestal Machado, *Acção Nacionalista*, 18-1-1925, p. 1.

³² Júlio Dantas, *Acção Nacionalista*, 18-1-1925, p. 1.

³³ *Acção Nacionalista*, 27-12-1925, pp. 1-2.

³⁴ *Acção Nacionalista*, 28-2-1926, p. 4.

³⁵ *A Lucta*, 1-1-1925, p. 1.

³⁶ Cf., *Correio da Manhã*, 19-3-1926, p. 1.

Machado falou mais de uma hora no almoço realizado na Figueira da Foz em sua homenagem³⁷. Era comum realizarem-se almoços com grandes grupos durante os Congressos do PRN. Durante o primeiro Congresso do PRN realizou-se um almoço no restaurante do Coliseu dos Recreios com os delegados ao Congresso e os parlamentares do PRN³⁸. Por vezes, também se realizavam almoços regionais. Em 1923 os representantes do distrito de Beja no Congresso do PRN realizaram um almoço³⁹.

Outros lugares de sociabilidade eram os cafés e restaurantes. Os membros de cada partido tinham os seus preferidos. Um monárquico era facilmente encontrável no Martinho, já um radical, tinha poiso certo na Brasileira⁴⁰. O Tavares era um dos restaurantes mais distintos de Lisboa e era utilizado para realizar diferentes reuniões políticas da principal elite do PRN. Por exemplo, Cunha Leal reuniu-se com Filomeno da Câmara numa das salas reservadas do restaurante Tavares para conspirarem contra o governo⁴¹. Foi também neste restaurante que o pessoal do gabinete do ministro da Guerra cessante, Óscar Carmona, lhe ofereceu um almoço no dia 20 de Dezembro de 1923⁴². António Ginestal Machado tendo residência em Santarém, mas vivendo vários dias da semana em Lisboa, era um grande frequentador de hotéis, restaurantes e cafés, onde fumava um “cigarrito feito neste tabaco agora raro que se chama francês, cujo fumo é como o fio de *Ariane* buscando encontrar ideias”⁴³. Um dos seus lugares de eleição era o «Hotel Francford», onde dormia e tomava as refeições⁴⁴. Neste hotel reunia-se muitas vezes a principal elite do PRN. Um repórter do *Diário de Lisboa* retratou desta forma uma das muitas reuniões realizadas nesse local:

“O Partido Nacionalista vai-se preocupando com as próximas eleições. Há mais de oito dias que no Hotel Francfort (Santa Justa) se reúnem diariamente os marechais nacionalistas srs. Ginestal Machado, Vasconcelos e Sá, Eurico Cameira e José de Nápoles, tendo sido largamente versado a política eleitoral no distrito de Coimbra onde o novel nacionalista Sr. José de Nápoles é grande influente político”⁴⁵.

Conclusão

O Partido Republicano Nacionalista insere-se numa linha política republicana conservadora alternativa ao PRP, que reivindicava representar a linha radical e histórica do republicanismo português. Nesse sentido, o PRN é o legatário de um conjunto alargado de partidos republicanos conservadores, em particular da União Republicana, do Partido Republicano Evolucionista, do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional. A maioria dos membros e da elite do PRN era herdeira do republicanismo histórico, incluindo o Partido Republicano Português do período monárquico, mas rejeitou o radicalismo do PRP/Partido Democrático da I República. Contudo, o PRN absorveu outras correntes e elites menos importantes para a sua matriz, nomeadamente a corrente republicana presidencialista, bem como alguns monárquicos convertidos à República.

As elites dirigentes do PRN não se distinguiam muito dos outros partidos republicanos ao nível do seu perfil sócio-profissional e da sua sociabilidade. Pertenciam às elites urbanas,

³⁷ *O Figueirense*, 16-10-1924, p. 1.

³⁸ Cf., *O Século*, 18-3-1923, p. 2.

³⁹ *O Bejense*, 25-3-1923, p. 2.

⁴⁰ *Diário de Lisboa*, 28-8-1923, p. 5.

⁴¹ Cunha Leal, *As minhas memórias* (Vol. II, edição do autor, 1967), 308-309.

⁴² *Diário de Lisboa*, 19-12-1923, p. 1; *idem*, 20-12-1923, p. 1.

⁴³ *Diário de Lisboa*, 26-1-1923, p. 5.

⁴⁴ *Diário de Lisboa*, 10-5-1923, p. 5; *Diário de Lisboa*, 8-6-1923, p. 8.

⁴⁵ *Diário de Lisboa*, 3-4-1925, p. 1.

com uma elevada formação académica centrada principalmente na área jurídica e militar e na medicina. Ao nível profissional, os funcionários públicos tinham uma presença esmagadora. Dentro dos funcionários públicos destacavam-se os militares, seguidos por altos funcionários da administração pública, magistrados e professores. Os juristas, em particular os advogados, e os médicos também tinham um peso importante na elite do PRN. As profissões ligadas às actividades agrícolas, comerciais e industriais tinham um peso reduzido na cúpula de poder do PRN. No entanto, muitos dos membros da elite do PRN acumulavam algumas actividades empresariais com a profissão principal.

Os centros políticos continuavam a ser os principais locais de sociabilidade da classe política, ainda que os cafés e os restaurantes continuassem a desempenhar um papel fundamental como ponto de encontro e de discussão de ideias. No entanto, era nas «visitações» da elite política lisboeta à província que a sociabilidade política ganhava maior visibilidade, pelo ambiente festivo e de confraternização que era criado.